



**Recensão a *Nietzsche's
Philosophy of History*,
de Anthony K. Jensen**

Marta Faustino

Práticas da História 1, n.º 1 (2015): 241-247

www.praticadashistoria.pt

Anthony K. Jensen
Nietzsche's Philosophy of History
Nova Iorque: Cambridge University Press,
2013, 237 pp.

Marta Faustino*

Há vários sentidos em que Nietzsche pode ser considerado o filósofo da História *par excellence*. Ao contrário da maioria dos filósofos, não teve formação em Filosofia, mas em Filologia Clássica, sendo também esta a única área em que leccionou. Conhecia excepcionalmente bem os estudos históricos e filológicos do seu tempo, aquele que já foi apelidado como “o século da História”. Estudou, criticou e utilizou a História como, provavelmente, nenhum outro filósofo. Para todas as coisas recusava essências e via apenas História, devir e transitoriedade, não apenas nos valores, usos, costumes e instituições, mas também em coisas que aparentemente lhes escapariam, como sentimentos, atitudes, comportamentos, afectos e pensamentos. Com a sua genealogia desenvolveu aquilo que acreditava ser a “verdadeira História”, na firme convicção que só através de um trabalho árduo sobre o passado se poderia criticar o presente e modificar o futuro. O arauto dos “filósofos do futuro” foi, afinal, um filósofo profundamente apaixonado pelo passado.

Ainda assim, a Filosofia da História de Nietzsche parece ser um tópico relativamente pouco explorado na literatura secundária sobre o autor. Num certo sentido, o tema é quase obrigatório em qualquer estudo sobre Nietzsche, e não há comentário que, de uma forma ou de outra, não o aborde. Mas faltava uma análise compreensiva e sistemática da Filosofia da História de Nietzsche, que analisasse não só o desenvolvimento

* Instituto de Filosofia da Nova, FCSH/NOVA [msffaustino@gmail.com].

da importância e o uso específico da História no seu pensamento, mas também a crítica que este desenvolve à historiografia moderna e ainda a relevância do seu pensamento para a Filosofia da História contemporânea. É precisamente esta lacuna que a obra de Jensen pretende suprir e, neste sentido, esta parece-nos ser uma contribuição verdadeiramente fundamental para a investigação actual sobre Nietzsche.

O livro está organizado em sete capítulos temáticos, que simultaneamente acompanham o desenvolvimento da obra de Nietzsche, desde os seus primeiros escritos enquanto estudante até *Ecce Homo*. O autor acrescenta ainda um epílogo, onde procura avaliar o impacto do pensamento de Nietzsche para a Filosofia da História contemporânea, mostrando como Nietzsche antecipa ou influencia directamente várias teorias do século XX, desde filósofos analíticos, como Popper, Walsh ou Dray, autores da tradição continental, como Croce, Heidegger ou Derrida, e ainda teóricos da História e historiadores, como Hayden White, Frank Ankersmit e Keith Jenkins.

Os primeiros dois capítulos fornecem o pano-de-fundo contextual necessário para se compreender o pensamento de Nietzsche sobre a História. O primeiro, “Philological centaurs” foca-se nas primeiras contribuições filológico-historiográficas de Nietzsche aquando ainda estudante na reputada escola de Schulpforta e, mais tarde, nas universidades de Bona e Leipzig (1858-1869), sob a orientação de Otto Jahn e Friedrich Ritschl. Mais concretamente, são analisados os seus trabalhos sobre Ermanarich, Teógonis e Diógenes de Laércio. Nos três casos, Nietzsche procurou corrigir interpretações erróneas ou inconsistentes das fontes, oferecendo soluções tendencialmente plausíveis mas filologicamente indemonstráveis, utilizando geralmente especulações psicológicas para cobrir as lacunas deixadas pelos “factos” registados. Apesar do carácter algo “fantástico” das suas primeiras reconstruções filológicas, que desde logo lhe garantiu a divisão da crítica entre o grande entusiasmo e a completa rejeição, Jensen mostra de forma convincente que Nietzsche pode ser descrito como um realista ontológico desde os seus primeiros escritos, caracterizando ainda a sua metodologia filológica nesta fase como naturalista, não teleológica e não clássica. O segundo

capítulo, “Early meta-history and context”, contextualiza o pensamento de Nietzsche no interior dos principais movimentos historiográficos do século XIX. Ao mesmo tempo que é posta em evidência a influência de Otto Jahn e especialmente Friedrich Ritschl no pensamento do jovem Nietzsche, resulta também claro o seu afastamento relativamente às duas correntes filológicas mais influentes da época, nomeadamente a *Sprachphilologie* (defendida por Ritschl) e a *Sachphilologie* (defendida por Jahn). Segundo Jensen, Nietzsche terá abandonado a sua carreira filológica devido ao amadurecimento crescente do seu interesse tanto pela Filosofia (em grande parte fomentado pela leitura obsessiva de Schopenhauer na segunda metade dos anos 60) como pela música (para o qual terá contribuído a intensificação da sua amizade com Wagner).

Com o terceiro capítulo, “Aesthetic intuition and the history of tragedy”, inicia-se a análise dos textos publicados por Nietzsche, sendo este exclusivamente dedicado à sua primeira obra, *O Nascimento da Tragédia* (1872). Contra as interpretações que tendem a acentuar uma continuidade metodológica desta obra relativamente aos seus primeiros trabalhos filológicos, Jensen procura demonstrar, de forma tão controversa e polémica como interessante e original, que há uma alteração meta-histórica importante na metodologia utilizada por Nietzsche nesta altura: ainda que mantendo o seu realismo ontológico combinado com intuições psicológicas hipotéticas, em *O Nascimento da Tragédia* Nietzsche terá abandonado o pendor naturalista das suas análises, bem como os preceitos da *Sprachphilologie*, a favor de “uma intuição estética relativamente àquilo que é chamado a verdadeira Ideia de tragédia” (p. 58). A falta de rigor histórico e a abundância de erros filológicos nesta obra justificar-se-ia, assim, pela adopção de uma noção realista de intuição (*Anschauung*) de influência marcadamente schopenhaueriana (ainda que Schopenhauer nunca pudesse concordar com a sua aplicação à História), que simultaneamente marcaria uma viragem profunda na historiografia de Nietzsche e a sua ruptura definitiva com a Filologia.

O capítulo 4, “History and historians”, foca-se no período das *Considerações Intempestivas* (1873-1876) e, como o próprio título indica, tem como objecto de análise a relação de Nietzsche com a historio-

grafia e os historiadores do seu tempo. Jensen acentua a nova mudança de paradigma no pensamento de Nietzsche sobre a História, que o leva a abandonar a ideia da possibilidade de uma intuição pura sobre a verdadeira natureza de um objecto e a concentrar-se agora nas características psicológicas dos historiadores e nas suas repercussões no tipo de juízos históricos que estes produzem, negando assim claramente a possibilidade de um conhecimento puro, objectivo ou desinteressado da História. Jensen é particularmente bem-sucedido na sua argumentação contra algumas interpretações da Filosofia da História contemporânea que apresentam Nietzsche como um acérrimo opositor da História. Como o autor mostra, apesar de Nietzsche criticar veementemente o “sentido histórico” de alguns historiadores seus contemporâneos, como David Strauss e Edward von Hartmann, por outro lado tem uma versão positiva do modo como a História deve ser praticada e posta ao serviço da vida, reconhecendo-a em vários historiadores do seu tempo (ex.: Bachofen, Burckhardt, Overbeck) e adoptando-a, num sentido fundamental, para o desenvolvimento ulterior do seu próprio projecto filosófico.

O quinto capítulo, “Positivism and perspectivism”, é o capítulo central da obra, na medida em que é nele que Jensen procura delimitar o paradigma meta-histórico de Nietzsche em contraposição com o da historiografia em voga no seu tempo. Segundo o autor, Nietzsche ter-se-á oposto ao positivismo e cientificismo das noções modernas de objectividade, descrição e explicação por estas dependerem de “concepções epistemologicamente ingénuas de juízo e agência humanos” (p. 145), adoptando nas suas obras da maturidade um realismo ontológico combinado com um anti-realismo representativo e uma teoria perspectivística da explicação. Quer dizer, ainda que mantendo constante a sua convicção na existência de um passado, Nietzsche abandona a ideia da possibilidade de uma representação historiográfica do mesmo “tal como ele foi”, sendo pioneiro de uma posição que se tornaria popular na Filosofia da História contemporânea (p. 145). Muito sucintamente, esta impossibilidade deve-se, por um lado, ao facto de qualquer descrição histórica ser o produto de um historiador e, portanto, das condições psico-fisiológicas específicas que o determinam e tornam, para ele, uma

determinada interpretação credível; por outro lado, à circunstância de qualquer explicação histórica ser necessariamente uma simplificação e distorção de uma complexidade indemonstrável empiricamente; e, por último, à inexistência de leis a partir das quais os acontecimentos históricos possam ser deduzidos ou compreendidos. Dada a impossibilidade de verificar a correspondência dos juízos históricos com o “passado real”, a validade de uma explicação histórica torna-se, enquanto perspectiva e interpretação, dependente do quão e quão amplamente fizer sentido e se mostrar convincente para uma comunidade de leitores que partilhem o mesmo tipo de perspectiva do mundo, noção que Jensen equipara ao sentido nietzschiano de objectividade.

Nos dois capítulos que restam, Jensen procura demonstrar a teoria meta-histórica que atribui a Nietzsche através da análise das duas obras mais eminentemente historiográficas do seu período mais tardio, *Para uma Genealogia da Moral* (1887) e *Ecce Homo* (1888). Assim, no sexto capítulo, “Genealogy as history”, dedicado à primeira, Jensen defende, contra aqueles que atribuem um carácter meramente fictício ou retórico às análises nietzschianas na *Genealogia*, que a “genealogia, tal como Nietzsche a concebe, é uma representação anti-realista historicamente contingente, definida dentro dos limites de [um certo e determinado tipo de perspectiva] e para convencer um certo e determinado tipo de perspectiva” (p. 157), isto é, “certos tipos de leitores” (p. 159). Não tendo a pretensão de relatar os “factos” do passado de uma forma definitiva e absoluta, e reconhecendo-se ela própria como perspectiva, a genealogia pressupõe e exige interpretações rivais com que possa competir, ao mesmo tempo que procura a aceitação de leitores com o mesmo tipo de perspectiva. É, em última análise, a extensão do acordo intersubjectivo entre o intérprete e os seus leitores, juntamente com a sua capacidade de servir a vida dissuadindo convicções que lhe sejam hostis, que distingue o valor de uma interpretação relativamente a outras, argumento que, da perspectiva de Jensen, distancia Nietzsche de um puro relativismo. No sétimo e último capítulo, “Autobiography as history”, o mesmo princípio é aplicado a *Ecce Homo*: na impossibilidade de construir uma exposição perfeitamente objectiva e definitiva da

realidade da sua vida e do constante fluxo que constitui a sua subjectividade, seja através de uma explicação motivacional causal, seja através de uma transparência de introspecção ou memória (possibilidades que Nietzsche terminantemente rejeita), “Nietzsche aplica o seu método historiográfico maduro em *Ecce Homo* para fornecer uma representação anti-realista de si próprio que serve como explicação perspectivística de como «se tornou quem é»” (p. 183). Neste sentido, Jensen esforça-se por mostrar como, apesar do seu carácter algo excêntrico e hiperbólico, *Ecce Homo* não deve ser considerado nem um produto de insanidade mental, nem uma obra puramente ficcional, no sentido da narrativa pós-moderna, mas em todo o caso uma explicação histórica cuja intenção é apresentar Nietzsche aos seus leitores de uma forma consistente com o seu próprio ideal de historiografia e no interior da sua própria perspectiva, que se prova a melhor por ser uma “interpretação «saudável» da sua própria vida” (p. 200).

Ainda que sólida e bem fundamentada, a teoria central que Jensen apresenta nesta obra parece-me problemática em dois aspectos. Em primeiro lugar, a concepção de objectividade que Jensen atribui a Nietzsche não inclui as noções fundamentais de probabilidade, complexidade e completude, sobre as quais me parece recair o argumento nietzschiano relativo à superioridade e preferibilidade da sua perspectiva relativamente a todas as demais. Não tanto porque de uma forma quase empática ela consegue a adesão de outras perspectivas, igualmente ‘saudáveis’, mas porque inclui ela própria em si mesma uma multiplicidade de perspectivas, tornando-se portanto mais complexa, completa e forte relativamente a pontos-de-vista rivais, é que uma perspectiva se destaca de outras e se demonstra melhor ou preferível de um ponto de vista epistemológico. Parece ser este o sentido do passo da *Genealogia* que Jensen utiliza para fundamentar a sua tese (GM III 12; cf. também NL 11[65], KSA 9.466), sendo também este o verdadeiro argumento contra o puro relativismo das análises genealógicas de Nietzsche. Por muito que o carácter saudável e afirmativo de uma interpretação seja critério de valor para Nietzsche, e por muito que este deseje convencer os seus leitores da sua própria perspectiva, estes não parecem poder,

por si só, constituir critérios válidos de objectividade (nem mesmo para Nietzsche), nem salvaguardá-lo de acusações de relativismo, como o autor pretende. Em segundo lugar, não me parece totalmente convincente a ideia de uma ruptura profunda no método historiográfico de Nietzsche entre os seus primeiros escritos filológicos e as obras genealógicas da maturidade. Se é verdade que o *Nascimento da Tragédia* parece ter um estatuto peculiar dada a extraordinária influência de Schopenhauer nesta época, não deixa de parecer excessiva a classificação da intuição estética schopenhaueriana como o método historiográfico condutor da obra. E se tivermos em conta que, tal como Jensen demonstra, Nietzsche recorre a extrapolações psicológicas hipotéticas e indemonstráveis desde as suas primeiras reconstruções filológicas, torna-se legítima a suposição que o anti-realismo representativo que o autor atribui ao Nietzsche da maturidade pudesse estar já embrionariamente presente desde o início da sua carreira.

Estes reparos não pretendem, de forma alguma, retirar mérito à obra que aqui se apresenta. *Nietzsche's Philosophy of History* fornece um estudo compreensivo e aprofundado da Filosofia da História de Nietzsche, que Jensen leva a cabo com grande rigor, precisão e domínio das fontes, sem descurar a clareza e a simplicidade da exposição. O livro revela-se, pois, de extremo valor para a compreensão, não só das raízes e desenvolvimento da devoção de Nietzsche à investigação histórica, como também da importância que esta assume no interior do seu próprio projecto filosófico, ajudando ainda a situar Nietzsche no contexto historiográfico do seu tempo e a vislumbrar o impacto e a influência do seu pensamento para a Filosofia da História contemporânea. Independentemente de se concordar ou não com as teses defendidas por Jensen, esta é uma obra de referência para qualquer investigador que se interesse pela Filosofia da História de Nietzsche.

Referência para citação:

Faustino, Marta. Recensão a *Nietzsche's Philosophy of History*, de Anthony K. Jensen. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 241-247.